

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Deputados se importam menos com a opinião pública

Sequestraram o voto do brasileiro

O que aconteceu na noite de terça-feira (3), quando Câmara e Senado aprovaram os projetos que dão reajustes absurdos aos servidores do Legislativo é uma repetição do que já virou trágica rotina. Deputados e senadores deixam para começar a sessão bem tarde, aprovam o mal feito na calada da noite, e no dia seguinte desaparecem para não ter que dar explicações. Não foi a primeira vez. O que espantou foi isso acontecer somente um dia após o discurso que fez o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na reabertura dos trabalhos, no qual pregou união para solucionar os problemas do povo e defendeu o uso das emendas orçamentárias. Um dia depois, só ficava do discurso essa segunda parte.

No fundo, é orçamento

Porque, no fundo, o descaso com a opinião pública está umbilicalmente ligado ao aumento do poder orçamentário do Congresso. O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) está plenamente convencido que a forma como se desenvolveu o processo de elaboração e execução orçamentária sequestrou o voto do brasileiro nas eleições proporcionais, aquelas que elegem os vereadores e os deputados, estaduais e federais.

Rovena Rosa/Agência Brasil



O voto, de fato, na eleição proporcional pouco importa

Partidos sabem quem será eleito

Segundo o ex-juiz eleitoral e criador da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, os partidos são hoje capazes, com uma margem de erro mínima, de saber exatamente quem acabará sendo eleito deputado quando elaboram suas listas de candidatos. Também integrante do MCCE, o advogado Melillo Dinis conta ter visto concretamente isso na prática nas eleições de 2022. Ele viu como técnicos de determinado partido se debruçaram sobre as listas e determinaram com cem por cento de acerto quem seriam os oito deputados do Distrito Federal eleitos.

Como isso é possível

Isso é principalmente possível nos estados menores. E, segundo Márlon Reis, tem relação direta com o esquema do orçamento. Os parlamentares hoje movimentam verbas milionárias. Que não param em obras nas suas bases eleitorais muitas vezes. Elas azeitam a máquina que vai garantir as reeleições dos deputados a partir de cada município.

POR
RUDOLFO LAGO

Mapas

Os deputados mapeiam suas bases. Repassam a verba aos prefeitos. Que contratam os cabos eleitorais. A composição das listas garante ainda mais a segurança de quem irá trabalhar para que aqueles que os partidos desejam ver eleitos. E, na maioria das vezes, esses eleitos são já os atuais deputados federais.

Renovação

Em 2022, a renovação da Câmara ficou abaixo de 40%. Assim, mais de 60% dos deputados já eram deputados antes. Agora, Melillo Dinis afirma que não ficará surpreso se essa taxa de reeleição chegar a 80%. Bem diferente do Senado, que é uma eleição majoritária, e estima-se lá uma renovação bastante alta.

Voto

E o voto? Por incrível que pareça, na eleição de deputado, passa a ter muito pouco com isso. O sistema proporcional com lista aberta é complicado, o eleitor não o entende. Então, o voto é apenas parte de um cálculo cujo resultado já se sabe. É como o jogador de futebol que aposta na bet no próprio cartão vermelho.

Se lixa

Se é assim, o deputado pouco se lixa quando ocupa as noites na surdina para aprovar medidas impopulares, sumindo no dia seguinte. "Há hoje um total anestesiamento", avalia Melillo Dinis. "Tal situação só desanima, não indigna. Ninguém vai às ruas batendo panela, infelizmente, contra esse estado de coisas". Não há povo nesse processo.

Mudanças

Por conta disso, o MCCE trabalha propostas de mudanças. A primeira, que já falamos por aqui, é um projeto de iniciativa popular que visa responsabilizar pessoalmente o deputado ou senador se houver desvio na verba orçamentária que ele destina. Nesta sexta, haverá reunião para fechar detalhes do texto.

Sistema

A ideia é iniciar campanha de assinaturas depois do carnaval. A segunda proposta é mudar o sistema de votação proporcional. O MCCE propõe uma votação em dois turnos. Primeiro, o eleitor votaria no deputado de sua preferência. E assim seria formada a lista. No segundo turno, ele voltaria para votar nos nomes da lista.



Lula diz que seu filho "vai pagar o preço", se estiver envolvido

Lula diz que não aliviaria para Lulinha se tiver culpa

Em entrevista, presidente fala de INSS e encontro com Master

Por Gabriela Gallo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse que caso o seu filho, o empresário Fábio Luís Lula da Silva, conhecido como "Lulinha", esteja envolvido no esquema de desvios ilegais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ele será devidamente responsabilizado. A declaração foi realizada em entrevista ao UOL nesta quinta-feira (5).

"Qual é a orientação do governo? Investigue o que tiver que investigar. Quando saiu o nome do meu filho, eu chamei ele aqui [no Palácio do Planalto]. Olhei no olho dele e falei: 'Só você sabe a verdade. Se você tiver alguma coisa, você vai pagar o preço. Se não tiver, se defendá'", afirmou o presidente.

"O processo [dos desvios do INSS] ainda não acabou, mas você pode ter certeza de que todos vão para a cadeia e que o patrimônio que eles construíram vai ser resarcido para pagar os benefícios. E se tiver alguém meu envolvido nisso, vai pagar o mesmo preço, porque a lei é para todos", reiterou Lula.

Em meio às investigações sobre os desvios de recursos para beneficiários do INSS, o nome de Lulinha entrou na mira das investigações por suposta relação com o empresário e lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o "careca do INSS".

Durante fase da Operação "Sem Desconto" da Polícia Federal (PF), foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra a empresária Roberta Luchsinger, amiga próxima de Lulinha. Segundo apurações da PF, Luchsinger chegou a receber transferências de R\$ 300 mil, dinheiro este que Antunes declarou que seria um dinheiro destinado ao "filho do rapaz". A PF aponta possíveis citações a Lulinha nos materiais apreendidos.

Nesta quinta-feira, o presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios do INSS, senador Carlos Vianna (Podemos-MG), destacou que a comissão convocará Lulinha e o irmão de Lula e dirigente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), José Ferreira da Silva, conhecido como Frei Chico. "Esses requerimentos vão ser colocados na primeira oportunidade. Cada parlamentar votará de acordo com a sua consciência", destacou o presidente da comissão mista em conversa com a imprensa.

Sobre os problemas das fraudes financeiras envolvendo o Banco Master, Lula justificou um encontro que teve, fora da sua agenda, com o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, em novembro de 2024, antes do banco falir. O presidente justificou que já recebeu representantes de outros bancos também.